



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Entre as partes abaixo assinadas é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas:

- A FUNDAÇÃO COI, Instituição Privada de Solidariedade Social, com sede na Av. Zeca Afonso, 2955-220 Pinhal Novo, pessoa coletiva nº 507411978, representada neste instrumento por Maria José Silva Carmo, que outorga na qualidade de Administradora Executiva da Fundação, como Primeiro Outorgante;

e

- _____, portador do nº _____ de Identificação Civil, válido até ____/____/____, residente na Rua _____, Responsável por _____, portador do n.º _____ de Identificação Civil, emitido a ____/____/____, como Segundo Outorgante.

O presente contrato regula a prestação de serviços, prestada pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, no âmbito da Resposta Social **Banco de Ajudas Técnicas**, tal como previsto no ponto n.º 5.5. do Regulamento Interno desta Resposta Social, aprovado pelo Conselho de Administração e reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

1. A celebração do presente contrato pressupõe o cumprimento prévio das formalidades de **admissão** previstas no Regulamento Interno, ponto nº 5. Condições de Admissão, Critérios de Admissão, Período de Admissão, Contrato, Pagamento no Ato de Admissão, Pagamento da Mensalidade, e despacho favorável de entrada, emitido pelo Conselho de Administração ou por quem for delegada essa competência.
2. O presente contrato contempla ainda o cumprimento do disposto no nº 3. do Regulamento Interno, relativo aos **Direitos e Deveres**, tanto dos Clientes e seus Responsáveis, como da Equipa Técnica do Banco de Ajudas Técnicas.
3. Estão incluídos na mensalidade do aluguer das ajudas técnicas os materiais previstos no Regulamento Interno e no catalogo em anexo, os quais se encontram disponíveis na página on-line da Fundação COI, www.fundacao-coi.pt.
4. Os preços apresentados são proporcionais aos rendimentos apresentados, conforme tabela constante no Regulamento Interno.
5. As mensalidades dos alugueres das ajudas técnicas são pagas até ao dia 10 de cada mês, nos termos do nº 5.7 alínea c) do Regulamento Interno do Banco de Ajudas Técnicas, na Sede da Fundação COI sita na Av. Zeca Afonso, 2955 – 220 Pinhal Novo.

6. O atraso do pagamento implicará cessação da prestação de serviços de acordo com o nº 10 do Regulamento Interno do Banco de Ajudas Técnicas.

7. O transporte e montagem dos equipamentos alugados são da responsabilidade exclusiva da Fundação COI, sendo o transporte cobrado ao quilómetro e pago no ato da inscrição, conforme custo previsto anualmente em portaria emitida pelo Ministério das Finanças.

8. O 2º outorgante ficará inteiramente responsável pelo estado de conservação do equipamento, como previsto no n.º3.2 do Regulamento Interno do Banco de Ajudas Técnicas. Na eventualidade de serem necessárias deslocações para reparações técnicas dos equipamentos, estas serão cobradas ao quilómetro, de acordo com o ponto anterior. Em caso de danificação do equipamento por uso indevido, o 2º outorgante fica responsável pelo pagamento do equipamento ou respetiva reparação.

9. Estão incluídos na mensalidade os seguintes equipamentos:

a) *(incluir apenas as ajudas técnicas contratadas)*

10. Prevê-se a visita domiciliária regular de um Técnico da Fundação COI, a fim de verificar a adequabilidade do equipamento e da sua utilização.

11. O cliente, quando pretender desistir do Serviço de aluguer de Ajudas Técnicas, caso a data da devolução não fique estipulada aquando da inscrição e celebração do contrato, (n.º3.2 do Regulamento Interno do Serviço de Aluguer de Ajudas Técnicas) deve comunicar à Fundação COI.

12. A prestação deste serviço poderá ainda cessar nos termos do ponto n.º11 do Regulamento Interno do Serviço de Aluguer de Ajudas Técnicas, segundo:

- a) Por iniciativa do cliente e/ou seu responsável;
- b) Por recusa de acesso ao domicílio;
- c) Por incumprimento dos compromissos assumidos;
- d) Sempre que não forem assegurados os deveres relativos a todas as partes envolvidas no presente contrato, as quais se encontram elencadas no regulamento de funcionamento do Banco de Ajudas Técnicas;
- e) Por incumprimento do pagamento da mensalidade do custo social;
- f) Por falecimento do cliente;
- g) Quando estipulada data de devolução do equipamento, em contrato de prestação de serviços;
- h) Comportamentos e atitudes de desrespeito e falta de urbanidade no decurso da relação contratual, que inviabilizem as relações de confiança que lhe devem servir de base.

13. Qualquer reclamação deve ser apresentada por escrito diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, em impresso próprio a disponibilizar ou no Livro de Reclamações, nos termos da legislação vigente.



F u n d a ç ã o C O I

Banco de Ajudas Técnicas

14. Toda a informação prestada será de carácter confidencial e apenas utilizada nos serviços técnicos da Fundação, que intervêm diretamente no Processo Individual do cliente.
15. A tabela de custo de cedência das Ajudas Técnicas é revista no início de cada ano civil, altura em que a pensão social mínima é estabelecida Governamentalmente, e que funciona como indexante.
16. Este contrato é considerado nulo caso se detectem omissões ou falsas declarações nas entrevistas de admissão e visita domiciliária.
17. A celebração do presente contrato pressupõe o conhecimento e a aceitação, pelo Segundo Outorgante, do **Regulamento Interno da Resposta Social**, o qual regulará todos os casos omissos no presente documento.
18. Nos termos da legislação em vigor cumpre ao primeiro outorgante informar o segundo outorgante sempre que verifiquem alterações ao regulamento interno com antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo do direito à resolução do contrato ao segundo outorgante assiste.
19. Em toda a relação contratual aplica-se igualmente a legislação vigente.
20. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, o consumidor pode recorrer à entidade de resolução alternativa de litígios de consumo competente.
21. Sem prejuízo do disposto na legislação, nos estatutos e nos regulamentos a que as entidades de resolução alternativa de litígios de consumo se encontram vinculadas, considera-se competente para dirimir o litígio de consumo, a entidade de resolução alternativa de litígios de consumo do local da celebração do contrato de compra e venda do bem ou da prestação de serviços ou em alternativa a entidade de resolução alternativa de competência especializada, caso exista para o setor em questão.
22. Caso não exista entidade de resolução alternativa de litígios com competência no local da celebração do contrato ou a(s) existente(s) não se considere(m) competente(s) em razão do valor deste, o consumidor pode recorrer ao Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo, sito em Lisboa, com o endereço eletrónico: cniacc@unl.pt e disponível na página www.arbitragemdeconsumo.org.
23. Este contrato será emitido em duplicado, sendo uma cópia para a Fundação COI e outra para o cliente ou seu responsável.
24. Depois de lido e explicado todo o conteúdo do presente documento e do Regulamento Interno,

F u n d a ç ã o C O I
Banco de Ajudas Técnicas

comprometem-se ambas as partes a respeitar o seu conteúdo, assinando o presente contrato.

Este contrato produz efeitos a partir da presente data e será válido por um mês e automaticamente renovável desde que não existam manifestações em contrário de uma das partes contratantes e se cumpra o preceituado no clausulado da mesma.

Pinhal Novo, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Cliente

Assinatura do Responsável

Administração Executiva